

18 DEZ 1983

O ESTADO DE S. PAULO — 63

Um orçamento austero para 84

ASSIS MOREIRA
Da sucursal de BRASÍLIA

O Conselho Monetário Nacional aprovará, terça-feira, um dos mais austeros orçamentos monetários dos últimos anos, que limitará a expansão da oferta de crédito a 50%, em 1984, quando o País ainda conviverá por alguns meses com uma inflação de 200%. Isso significará endurecimento da estratégia recessiva deliberadamente adotada pelo governo, em submissão à política ortodoxa do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A última reunião do CMN foi realizada no dia 12 de setembro, para aprovação da revisão do orçamento monetário deste ano, aumentando a expansão da oferta de crédito de 60% para 90%, por causa dos estouros das metas do déficit público e inflação. Para terça-feira, é prevista forte discussão em torno da proposta de eliminação de subsídios, recomendada pelo FMI e agilizada pelo ministro da Fazenda e pelo presidente do Banco Central. Outras autoridades do governo, como Amaury Stabile, da Agricultura, rejeitam essa medida com ênfase, temendo os seus efeitos.

O orçamento monetário de 1984 é delineado a partir da limitação da oferta de crédito em 50%. Para manter a taxa da expansão nominal da base monetária (emissão primária de moeda), no patamar de 50%, o governo redobrá seu empenho em três áreas básicas, segundo seus técnicos: primeiro, torna-se indispensável manter, e até mesmo ampliar, a ação no sentido de assegurar efetivo repasse de Cr\$ 6 trilhões do orçamento fiscal para as autoridades monetárias (Banco do Brasil e Banco Central); segundo, considera-se imprescindível manter a maior restrição possível sobre os créditos do Banco do Brasil e do Banco Central, e, terceiro, se tentará resgate líquido de títulos no mínimo de Cr\$ 1 trilhão na perspectiva de reduzir em termos reais a explosiva dívida pública.

Fundamentalmente, o controle monetário se fará pela restrição imposta às operações ativas das autoridades monetárias: pelos empréstimos do Banco do Brasil e financiamentos e repasses pelo Banco Central. E como a expansão de empréstimos do BB será de 57%, será necessário cortar nos repasses do Banco Central, para se manter os 50% de expansão global da oferta monetária.

FIM DE PROGRAMAS

Por isso, a perspectiva, na área econômica é de que 19 dos 25 programas especiais de crédito administrados com repasses do Banco Central não subsistirão em 1984. Por interesse político, serão mantidos três programas no Nordeste: Prohidro (para perfuração de poços na região da seca), Polonordeste e Sertanejo (de apoio às comunidades rurais). Em âmbito nacional, resistirão apenas quatro programas: Probor, Programa da Borracha, já ampliado para Espírito Santo, Goiás, Bahia, Mato Grosso e Extremo-Oeste de São Paulo; Proálcool, que é prioritário, Proflor-Provárzeas, programa de irrigação que teve resposta econômica imediata, e o Geer, programa de eletrificação rural que só será mantido porque a maioria de seus recursos advém do Banco Mundial.

Para compensar a eliminação do subsídio no crédito agrícola, o governo vai aprovar para o próximo ano um aumento médio de 155% nos preços mínimos, em relação a este ano.

O preço mínimo do arroz, por exemplo, será de 160%. A taxa de juros de 3% mais correção monetária plena só incidirá a partir do plantio da safra 84/85, estando garantida a safra atual. Mas, a partir de janeiro, o fim do subsídio atingirá todas as outras aplicações de crédito rural.

O setor exportador não será tão atingido. O governo elaborou uma proposta de tal modo que, nominalmente, elevará as taxas de juros de financiamento às exportações de 60% para 95% da correção monetária, mais 3% de juros reais. Na prática, porém, serão cobrados apenas 75% da correção monetária, já que a cobrança do encargo não será no momento da emissão da guia, mas no fim do contrato de financiamento. Será mantido o crédito-prêmio do IPI para as exportações de manufaturados. A meta do governo é assegurar, no mínimo, um saldo na balança comercial de US\$ 9 bilhões. Mas esse montante não será suficiente sequer para pagar a conta de juros em 1984, que deverá ficar em torno de US\$ 11,5 bilhões.

A retirada de subsídios implica imediata elevação de preços e, conseqüentemente, manutenção da inflação alta. Mas técnicos do governo asseguram que isso não acontecerá. Argumentam que o governo atenderá aos setores agrícola e exportador com recursos não inflacionários e que a alocação dos recursos será melhor administrada — assim, o agricultor não pedirá crédito para fazer cerca, casa na fazenda etc. Os mesmos técnicos demonstram uma chocante falta de sensibilidade política e social: para eles, o importante é que o crédito se mantenha apertado, para derrubar a inflação. Se há perigo de quebraadeira geral na indústria, paciência, faz parte "dos efeitos perversos do processo de ajustamento".

CENTAVOS

Mas o Conselho Monetário não examinará apenas o orçamento monetário, terça-feira. Como não se reúne desde a segunda quinzena de setembro, a pauta está recheada. Uma das propostas é limitar o empréstimo dos bancos estaduais a seus próprios governos, para com isso assegurar o cumprimento da meta de déficit público acertada como FMI. O problema é que os Estados estão em péssima situação financeira. Os dois em situação menos ruim são Espírito Santo, com déficit de Cr\$ 16 bilhões, e o Pará, ambos governados pela oposição.

Será examinada ainda proposta da Carteira de Comércio Exterior (Cacex) do Banco do Brasil, que possibilita a formação de consórcios de pequenas e médias empresas exportadoras, para que elas possam beneficiar-se de certos incentivos fiscais.

A retirada de circulação dos 4 bilhões de moedas de cinco, dez e vinte centavos também deverá ser aprovada, assim como a emissão de cédulas de Cr\$ 10 mil e Cr\$ 50 mil. A inflação enterrou o valor dos centavos e mesmo da maioria das cédulas em circulação. Para a contabilidade nacional, portanto, um sufoco menor é a emissão de cédulas de maior valor.

Se for aprovada a proposta de ampliação da garantia do cheque especial, de Cr\$ 50 mil para Cr\$ 200 mil, o consumidor deve precaver-se contra uma altíssima cobrança de juros. O governo não quer estimular o cheque especial, porque considera que isso também ameaça a meta de 50% da oferta monetária.